NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (também identificada como "Companhia" ou "Sanepar"), sediada à Rua Engenheiros Rebouças em Curitiba – Paraná, é uma Sociedade de Economia Mista que tem por objetivo social, por delegação do Estado do Paraná e de seus municípios, a exploração de serviços de saneamento básico, principalmente a distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário, além da coleta e tratamento de resíduos sólidos, realização de estudos, projetos e execução de obras relativas a novas instalações, ampliações de redes de distribuição de água e redes de coleta e tratamento de esgoto sanitário e prestação de serviços de consultoria e assistência técnica em suas áreas de atuação. A Companhia também colabora com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais em assuntos pertinentes ao desenvolvimento de seus objetivos básicos.

A Companhia, por meio de concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. As renovações dos contratos têm, em média, seu prazo de validade definido entre 20 e 30 anos. De um total de 346 sedes municipais operadas, aproximadamente 13,3% dos contratos estão em processo de renovação por estarem vencidos, 6,1% vencem de 2014 a 2020 e 80,6% foram renovados tendo seus vencimentos após 2020. Para os casos de concessões que não forem renovadas, quando do seu vencimento, o município deverá ressarcir à Companhia os valores contábeis residuais dos ativos relacionados à concessão. Os bens patrimoniais decorrentes dos Contratos de Programas, elaborados de acordo com a Lei 11.445/2007 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, são registrados no ativo intangível. Para os bens cuja vida útil econômica ultrapassar o prazo contratual, é constituído Ativo Financeiro com base no valor residual.

Apenas a concessão do município de Curitiba possui regras que determinam um custo pela concessão a ser pago pela Companhia, conforme indicado na nota 11.

A Companhia é registrada na CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&Fbovespa).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as Leis 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09. Foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão pela Administração da Companhia em 17 de fevereiro de 2014.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia, exceto aqueles indicados de outra forma.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis foram:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras que são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras, calculadas *pro rata die* e apropriadas mensalmente. Uma aplicação financeira se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos da data da contratação.

b) Instrumentos Financeiros

b.1) Ativos Financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

b) Instrumentos Financeiros – continuação

b.1) Ativos Financeiros -- continuação

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, os saldos das contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

b.2) Passivos Financeiros

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não possui nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

b) Instrumentos Financeiros – continuação

b.2) Passivos Financeiros -- continuação

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos e financiamentos da Companhia compreendem os saldos de empréstimos, financiamentos, debêntures, empreiteiros e fornecedores e contratos de concessão.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Contas a Receber de Clientes

Incluem os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativas pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio de cada cliente. O saldo de contas a receber referente a parcelamentos foi ajustado a valor presente.

d) Provisão para Perdas na Realização de Créditos

Foi constituída com base na análise dos valores vencidos e em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas nas realizações das contas a receber de clientes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

e) Estoques

Os estoques são formados principalmente por materiais de manutenção e conserto, registrados por seus custos médios de aquisição, no Ativo Circulante. Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou de realização.

f) Investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

g) Capitalização de Juros e Encargos Financeiros

Os juros e demais encargos financeiros relacionados a financiamentos de bens do imobilizado e do intangível em andamento, são apropriados ao custo dos mesmos, até a conclusão da construção e/ou instalação do bem, após esse período os referidos encargos são apropriados como despesa financeira.

h) Imobilizado

É demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, incluindo reavaliações procedidas em anos anteriores e os ajustes de avaliação patrimonial ao novo custo atribuído, deduzido das depreciações calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas indicadas na nota 8.

O imobilizado não supera o seu provável valor de recuperação. Quando existe algum indicador de que o ativo imobilizado pode não ser recuperável, o mesmo é submetido a teste de recuperabilidade (*impairment test*).

i) Intangível

O intangível é registrado ao custo de aquisição, contratação, Direito de Uso e Contratos de Programas. A amortização é calculada pelos prazos de vigência dos contratos, mencionados nas notas explicativas n^{os} 8 e 11. O intangível não supera seu provável valor de recuperação. Anualmente é efetuado teste de recuperabilidade dos saldos do ativo intangível, ou quando existe algum indicador de que o ativo intangível pode não ser recuperável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

i) Intangível -- continuação

A Companhia, em atendimento a Lei 11.638/07, Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e Lei 11.445/07 – Marco Regulatório do Saneamento, registra no intangível os bens patrimoniais vinculados aos Contratos de Programas e efetua a amortização de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos bens, dos dois o menor. Caso a vida útil dos ativos ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

São registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação, e 9% para a Contribuição Social.

O imposto de renda e contribuição social diferidos foram calculados com base nas alíquotas vigentes destes impostos e registrados em função da determinação legal conforme CPC 26 (R1) e 32, que trata das diferenças temporárias base destes impostos, conforme nota 14.c. A Companhia efetua análises periódicas que demonstram serem estes tributos recuperáveis pelas suas operações futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos uma vez que existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal.

k) Passivo Circulante e Não Circulante

Todos os passivos são registrados pelos valores conhecidos ou estimados e, quando aplicável, atualizados *pro rata die*, até a data de encerramento das demonstrações contábeis, com base nos indicadores e encargos pactuados, sem a necessidade de ajuste a valor presente.

1) Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, conforme Nota 9. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

As Debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis e são contabilizadas como empréstimos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

m) Receita

m.1) Receita de Produtos e Serviços

As receitas são reconhecidas com observância ao regime de competência. A receita de fornecimento de água e coleta de esgoto inclui montantes faturados aos clientes em uma base cíclica (mensal) e receitas não faturadas reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber e são apresentadas líquidas de impostos, abatimentos ou descontos incidentes sobre as mesmas. As receitas ainda não faturadas são reconhecidas com base no consumo estimado, da data de medição da última leitura até o fim do período contábil.

m.2) Receita de Construção

De acordo com o CPC 17 (Contratos de construção), a receita de construção dos bens vinculados à prestação de serviço público deve ser reconhecida usando o método da percentagem completada, desde que todas as condições aplicáveis sejam concluídas. Segundo esse método, a receita contratual deve ser proporcional aos custos contratuais incorridos na data do balanço em relação ao custo total estimado. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

n) Juros sobre o Capital Próprio

Foram calculados de acordo com a legislação vigente, respeitado o limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado. Os juros sobre o capital próprio são registrados como despesa financeira e reclassificados para o patrimônio líquido para fins de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis.

o) Transações com Partes Relacionadas

A Companhia realiza transações comerciais com diversas partes relacionadas, destacando-se o Estado do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel e alguns municípios, em condições usuais de mercado, conforme demonstrado na nota 15.

p) Benefícios Pós-emprego Concedidos aos Empregados

A Companhia mantém um plano misto de aposentadoria (contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco) e na área de saúde patrocina um plano de benefícios médicos e odontológicos para seus empregados, dependentes e aposentados, cujos efeitos são reconhecidos pelo regime de competência e de acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação nº 695 da CVM, conforme demonstrado na nota 23.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

q) Questões Ambientais

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas no resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados.

A Administração da Companhia acredita que a provisão definida para perdas, relacionadas a questões ambientais, é necessária e adequada com base na Legislação Ambiental em vigor no Brasil.

r) Uso de Estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e premissas que afetam os montantes divulgados nestas informações e notas explicativas. Os resultados efetivos poderão ser diferentes de tais estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Os principais processos de estimativas estão resumidos a seguir:

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

r) Uso de Estimativas – continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais e Poder Público Federal vencidos há mais de 180 dias, e com base nos valores vencidos há mais de 2 anos para Poder Público Municipal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

r) Uso de Estimativas – continuação

<u>Impostos</u>

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Plano de aposentadoria e assistência médica

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e outros benefícios de assistência médica pós-emprego, e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

s) Concessões

A Companhia registra a infraestrutura utilizada para operação dos serviços públicos de saneamento básico da seguinte forma: No Ativo Imobilizado os Bens Patrimoniais decorrentes de "Contratos de Concessão" (aqueles assinados anteriormente à vigência da Lei 11.445/07), e no Ativo Intangível os decorrentes de "Contratos de Programas", em observância as regras da Lei 11.445/07 – Marco Regulatório, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Os valores são depreciados ou amortizados até a data de término do período contratual de cada contrato. O valor remanescente do ativo intangível a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente é reclassificado para o ativo financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

t) Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado

u) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Na data de elaboração destas demonstrações contábeis, os seguintes pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não foram emitidas as revisões nos respectivos Pronunciamentos Contábeis pelo CPC e que não estavam em vigor na data de divulgação dessas demonstrações contábeis:

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição do IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 deverá ter impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos conjuntamente com os efeitos das demais fases do projeto do IASB, assim que a norma consolidada final for emitida.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: Essas revisões esclarecem o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões tenham impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS -- continuação

u) Pronunciamentos novos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013 -- continuação

<u>IFRIC 21 Tributos:</u> O IFRIC 21 esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações contábeis.

<u>IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39:</u> Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Depósitos Bancários Livres	3.149	3.351
Depósitos Bancários Vinculados	16.128	15.141
	19.277	18.492
Aplicações Financeiras (1)		
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa (2)	122.123	162.657
Itaú Corp Plus Referenciado (3)	5.382	38.026
	127.505	200.683
Totais de Caixa e Equivalentes de Caixa	146.782	219.175

- (1) As aplicações financeiras possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa aplicados em Fundos de Investimentos, com remuneração média de 100,28% do CDI (99,71% em 2012);
- (2) O Fundo CAIXA FI SANEPAR I RENDA FIXA é exclusivo para as aplicações da Companhia sendo que em 31/12/2013, alocava 69,23% dos recursos em Operações Compromissadas NTN-B, os quais possuem opção de recompra das quotas pelo banco, 7,62% em Títulos Públicos Federais (LFT e LTN) e 23,15% em CDB de Instituição Financeira de primeira linha (79,42%, 10,21% e 10,37% respectivamente em 2012);
- (3) O Fundo ITAÚ CORP PLUS REF DI FICFI tem como objetivo acompanhar a variação do CDI através de aplicações que alocam, no mínimo 95% de seus recursos em títulos ou operações atreladas a esse indicador. A carteira é composta por títulos públicos e até 50% em títulos privados de baixo risco de crédito sendo que em 31/12/2013, alocava 47,84% dos recursos em renda fixa, 51,82% em Operações Compromissadas e 0,34% em outras aplicações (73,81%, 24,80% e 1,39% respectivamente em 2012).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO

a) Os saldos de contas a receber de clientes apresentam a seguinte composição por vencimento:

Descrição	2013	2012
Contas a Receber Vincendas	137.977	121.790
Contas a Receber de Parcelamentos	19.302	18.278
Ajuste a Valor Presente	(1.481)	(1.167)
Contas a Faturar (Consumo não Faturado)	105.351	90.276
	261.149	229.177
Contas a Receber Vencidas		
De 1 a 30 dias	72.185	66.261
De 31 a 60 dias	17.266	16.651
De 61 a 90 dias	8.354	8.299
De 91 a 180 dias	14.067	14.077
Mais de 180 dias	127.627	109.251
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	(123.926)	(92.796)
	115.573	121.743
Totais de Contas a Receber, líquidas	376.722	350.920
Circulante	368.622	334.066
Não Circulante	8.100	16.854

Do total de contas a receber vencidas, líquidas das perdas na realização de créditos, o montante de R\$9.703 (R\$25.561 em 2012), refere-se a pendências de Prefeituras Municipais; R\$87.738 (R\$82.225 em 2012) de Particulares; e R\$18.132 (R\$13.957 em 2012) dos setores Estadual e Federal.

b) A movimentação da provisão para perdas na realização de créditos foi a seguinte:

Descrição	2013	2012
Saldos no Início do Exercício	(92.796)	(81.782)
Valores Registrados como Despesa Baixas, Líquidas das Recuperações Outros Créditos	(33.297) 2.407 (240)	(11.762) 748
Saldos no Final do Exercício	(123.926)	(92.796)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES, LÍQUIDO -- continuação

c) O saldo de provisão para perdas na realização de créditos a receber apresenta a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Clientes Particulares (1)	53.030	45.214
Órgãos do Governo Federal (1)	12	19
Prefeituras Municipais (2)	70.884	47.563
Totais	123.926	92.796

- (1) Registro de perdas das contas vencidas há mais de 180 dias.
- (2) É constituída provisão para a totalidade dos créditos das Prefeituras com histórico de inadimplência e para as demais em relação aos créditos vencidos há mais de 2 anos.

Com o intuito de estimar os montantes de provisão para perdas na realização de créditos, a serem reconhecidos no período, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação em cada classe de consumo.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Apresenta a seguinte composição:

Descrição	2013	2012
Imposto de Renda a compensar	14.388	19.332
Contribuição Social a compensar	3.548	5.611
Impostos e Contribuições retidos – órgãos públicos	1.455	1.371
Outros tributos a compensar	282	282
Totais	19.673	26.596
Circulante	18.587	25.573
Não Circulante	1.086	1.023

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em Milhares de Reais)

7. OUTROS CRÉDITOS E CONTAS A RECEBER

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2013	2012
Adiantamentos a Empregados	3.538	3.027
Pagamentos Reembolsáveis	5.091	1.546
Depósitos Dados em Garantia	1.987	2.734
Despesas Antecipadas	16.137	5.318
Cheques, Títulos e Outros	1.135	8.840
Totais	27.888	21.465
Circulante	22.155	20.731
Não Circulante	5.733	734

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a) Imobilizado

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas	<u> </u>		2013	2012
Descrição	Custo	Depreciação Acumulada	V	alor Líquido
Sistemas de Água	2.752.681	(948.597)	1.804.084	1.881.826
Sistemas de Esgoto	2.840.851	(585.704)	2.255.147	2.132.628
Resíduos Sólidos	3.214	(2.387)	827	965
Administração	159.154	(78.584)	80.570	64.289
Outras Imobilizações	41.535	(11.465)	30.070	10.012
Projetos e Obras em Andamento	877.997	-	877.997	628.609
Estoques para Obras	45.463	-	45.463	41.793
Totais	6.720.895	(1.626.737)	5.094.158	4.760.122

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

a) Imobilizado -- continuação

Por Natureza				2013	2012
Descrição	Taxa de Depreciação Anual	Custo	Depreciação Acumulada	Va	lor Líquido
Terrenos	-	62.596	-	62.596	59.202
Poços	2,86%	87.212	(25.451)	61.761	58.471
Barragens	2%	136.276	(41.057)	95.219	97.939
Construções Civis	*1,84%	1.277.040	(308.810)	968.230	967.841
Benfeitorias	2%	10.770	(1.490)	9.280	8.036
Tubulações	*1,95%	3.090.716	(709.231)	2.381.485	2.352.398
Ligações Prediais	3,33%	395.516	(133.203)	262.313	250.917
Instalações	*5,83%	51.964	(22.086)	29.878	24.414
Hidrômetros	10%	123.377	(62.005)	61.372	56.918
Macromedidores	10%	3.320	(1.965)	1.355	1.338
Equipamentos	*6,23%	356.174	(179.516)	176.658	163.568
Móveis e Utensílios	7,14%	29.111	(15.852)	13.259	10.249
Equipamentos de Informática	*19,82%	86.656	(68.466)	18.190	23.174
Veículos	*13,05%	58.457	(37.773)	20.684	11.446
Máquinas, Tratores e Similares	*19,35%	27.627	(19.432)	8.195	3.560
Ferramentas	6,67%	623	(400)	223	249
Projetos e Obras em Andamento	· -	877.997	-	877.997	628.609
Estoques para Obras	-	45.463	-	45.463	41.793
Totais	_	6.720.895	(1.626.737)	5.094.158	4.760.122

^{*} Taxa Média Ponderada

O saldo da conta "Projetos e Obras em Andamento" em 31 de dezembro de 2013, refere-se a 268 obras de ampliação e implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em 140 localidades, no montante de R\$364.937; 283 obras relativas a Sistemas de Coleta e Tratamento de Esgotos em 106 localidades, no montante de R\$418.223, e ainda R\$94.837 de investimentos em diversos projetos e obras operacionais nos sistemas operados pela Companhia.

Durante o exercício de 2013 foram capitalizados juros e demais encargos financeiros, incorridos sobre os recursos e empréstimos que financiaram os projetos e obras da Companhia, no montante de R\$14.567 (R\$15.709 em 2012). A taxa média utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 10,6%.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

b) Intangível

Apresenta a seguinte composição:

Por Contas			2013	2012
Descrição	Custo	Amortização Acumulada		Valor Líquido
Sistemas de Água	321.137	(133.567)	187.570	54.130
Sistemas de Esgoto	185.217	(48.643)	136.574	63.027
Resíduos Sólidos	918	(124)	794	433
Direitos de Uso e Operação de Sistemas	125.120	(50.416)	74.704	78.877
Outros Ativos Intangíveis	30.607	(18.026)	12.581	7.060
Totais	662.999	(250.776)	412.223	203.527

Por Natureza				2013	2012
Descrição	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Valo	or Líquido
Terrenos	-	6.880	-	6.880	1.357
Poços (1)	3,33%	14.569	(5.332)	9.237	4.082
Barragens (1)	3,33%	1.926	(1.058)	868	271
Construções Civis (1)	3,33%	91.853	(24.826)	67.027	25.324
Benfeitorias (1)	3,33%	775	(146)	629	196
Tubulações (1)	3,33%	242.334	(70.959)	171.375	61.776
Ligações Prediais (1)	3,33%	40.802	(15.861)	24.941	8.792
Instalações (1)	*5,83%	5.938	(2.572)	3.366	1.612
Hidrômetros (1)	10%	15.258	(7.867)	7.391	3.086
Macromedidores (1)	10%	436	(294)	142	82
Equipamentos (1)	*6,23%	46.389	(19.650)	26.739	7.323
Móveis e Utensílios (1)	7,14%	258	(128)	130	58
Equipamento de Informática (1)	*19,82%	23.969	(20.617)	3.352	114
Programas de Informática (1)	20%	31.932	(19.202)	12.730	7.069
Veículos (1)	*13,05%	2.614	(2.403)	211	222
Máquinas, Tratores e Similares (1)	*19,35%	2.131	(2.032)	99	105
Ferramentas (1)	6,67%	11	(9)	2	2
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	6,25%	153	(108)	45	50
Proteção e Preservação Ambiental	20%	9.651	(7.297)	2.354	3.129
Concessão do Município de Curitiba (2)	3,33%	125.000	(50.347)	74.653	78.819
Concessão do Município de Cianorte (3)	5%	120	(68)	52	58
Totais	_	662.999	(250.776)	412.223	203.527

^{*} Taxa Média Ponderada

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

- b) Intangível -- continuação
- (1) Bens patrimoniais referentes às renovações contratuais, anteriormente denominadas de concessão plena para concessão de operação, através de contratos de programas que têm por objeto a prestação de serviços públicos de saneamento básico, onde a Companhia detém a posse e a gestão dos bens adquiridos ou construídos durante a vigência dos contratos. A amortização ocorre pelo prazo de vigência dos contratos (30 anos) ou pela vida útil dos bens (dos dois o menor), caso a vida útil dos ativos ultrapasse o prazo do contrato é constituído ativo financeiro.
- (2) Custo do Contrato de Concessão onerosa, com prazo de vigência de 30 anos, cuja taxa de amortização é parte integrante dos custos relacionados à prestação de serviços de saneamento para o município de Curitiba, conforme mencionado na nota 11.
- (3) Custo do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal de Cianorte para operação dos serviços públicos de coleta, tratamento e disposição final de resíduos sólidos, pelo prazo de 20 anos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

c) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2013:

Descrição	2012	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2013
Imobilizado	2012	ruiçocs	Amortização	Daras	Transferencias	2013
Terrenos	59.202	7.926	_	-	(4.532)	62.596
Poços	58.471	119	(1.372)	(85)	4.628	61.761
Barragens	97.939	-	(2.392)	-	(328)	95.219
Construções Civis	967.841	2.110	(23.575)	(392)	22.246	968.230
Benfeitorias	8.036	260	(207)	-	1.191	9.280
Tubulações	2.352.398	30.440	(62.830)	(36)	61.513	2.381.485
Ligações Prediais	250.917	13	(11.362)	(605)	23.350	262.313
Instalações	24.414	1.330	(2.436)	(56)	6.626	29.878
Hidrômetros	56.918	-	(10.520)	(1.105)	16.079	61.372
Macromedidores	1.338	-	(233)	-	250	1.355
Equipamentos	163.568	35.834	(16.161)	(3.142)	(3.441)	176.658
Móveis e Utensílios	10.249	4.266	(1.068)	(154)	(34)	13.259
Equipamentos de Informática	23.174	6.626	(8.102)	(390)	(3.118)	18.190
Veículos	11.446	13.196	(1.933)	(1.830)	(195)	20.684
Máquinas, Tratores e Similares	3.560	5.566	(768)	(77)	(86)	8.195
Ferramentas	249	-	(22)	(4)	-	223
Subtotais Imobilizado Operacional	4.089.720	107.686	(142.981)	(7.876)	124.149	4.170.698
Projetos e Obras em Andamento	628.609	660.128	-	(381)	(410.359)	877.997
Estoques para Obras	41.793	3.670	-	-	-	45.463
Totais Imobilizado	4.760.122	771.484	(142.981)	(8.257)	(286.210)	5.094.158
Intangível				 -		
Terrenos	1.357	55	-	-	5.468	6.880
Poços	4.082	-	(146)	-	5.301	9.237
Barragens	271	-	(11)	-	608	868
Construções Civis	25.324	823	(990)	-	41.870	67.027
Benfeitorias	196	9	(10)	-	434	629
Tubulações	61.776	1.699	(2.655)	-	110.555	171.375
Ligações Prediais	8.792	-	(527)	(18)	16.694	24.941
Instalações	1.612	116	(190)	56	1.772	3.366
Hidrômetros	3.086	-	(770)	(44)	5.119	7.391
Macromedidores	82	-	(20)	-	80	142
Equipamentos	7.323	1.224	(903)	(150)	19.245	26.739
Móveis e Utensílios	58	8	(8)	-	72	130
Equipamentos de Informática	114	3	(137)	(2)	3.374	3.352
Programas de Informática	7.069	11.408	(5.436)	(135)	(176)	12.730
Veículos	222	12	(139)	(79)	195	211
Máquinas, Tratores e Similares	105	-	(91)	(1)	86	99
Ferramentas	2	-	-	-	-	2
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	50	-	(4)	-	(1)	45
Proteção e Preservação Ambiental	3.129	160	(1.086)	-	151	2.354
Concessão do Município de Curitiba	78.819	-	(4.167)	-	1	74.653
Concessão do Município de Cianorte	58	-	(6)	-	-	52
Totais Intangível	203.527	15.517	(17.296)	(373)	210.848	412.223
Total Geral	4.963.649	787.001	(160.277)	(8.630)	(a) (75.362)	5.506.381

⁽a) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

d) Movimentação do Imobilizado e Intangível no exercício de 2012:

Descrição	2011	Adições	Depreciação e Amortização	Baixas	Transferências	2012
Imobilizado		Haişocs	Timor tizuçuo	Duraus	Transferencias	
Terrenos	56.953	2.928	-	-	(679)	59.202
Poços	57.635	320	(1.221)	(36)	1.773	58.471
Barragens	100.543	45	(2.394)	-	(255)	97.939
Construções Civis	972.006	3.962	(23.207)	(59)	15.139	967.841
Benfeitorias	6.171	224	(167)	(2)	1.810	8.036
Tubulações	2.265.475	20.037	(59.916)	(36)	126.838	2.352.398
Ligações Prediais	231.267	26	(10.500)	(463)	30.587	250.917
Instalações	22.063	1.158	(2.360)	(3)	3.556	24.414
Hidrômetros	58.584	11	(10.508)	(1.072)	9.903	56.918
Macromedidores	1.544	-	(271)	(1)	66	1.338
Equipamentos	159.164	15.625	(14.540)	(2.217)	5.536	163.568
Móveis e Utensílios	7.141	3.925	(860)	(78)	121	10.249
Equipamentos de Informática	30.012	1.487	(8.098)	(230)	3	23.174
Veículos	14.285	269	(2.826)	(2)	(280)	11.446
Máquinas, Tratores e Similares	4.514	-	(800)	-	(154)	3.560
Ferramentas	232	42	(22)	(1)	(2)	249
Subtotais Imobilizado Operacional	3.987.589	50.059	(137.690)	(4.200)	193.962	4.089.720
Projetos e Obras em Andamento	553.303	417.497	_	(498)	(341.693)	628.609
Estoques para Obras	38.118	3.675	_	(170)	(511.055)	41.793
Totais Imobilizado	4.579.010	471.231	(137.690)	(4.698)	(147.731)	4.760.122
Intangível	4.577.010	471.231	(137.050)	(4.020)	(147.731)	4.700.122
Terrenos		86			1.271	1.357
Poços	126	31	(41)		3.966	4.082
Barragens	120	-	(5)		276	271
Construções Civis	35	(544)	(273)	(19)	26.125	25.324
Benfeitorias	24	(344)	(3)	(17)	175	196
Tubulações	144	109	(656)		62.179	61.776
Ligações Prediais	42	-	(145)	(5)	8.900	8.792
Instalações	91	46	(59)	(4)	1.538	1.612
Hidrômetros	22	-	(232)	(30)	3.326	3.086
Macromedidores	-	_	(6)	(30)	88	3.080
Equipamentos	54	483	(230)	(32)	7.048	7.323
Móveis e Utensílios	_	15	(2)	(32)	45	58
Equipamentos de Informática		-	(110)		224	114
Programas de Informática	6.578	4.324	(3.833)		-	7.069
Veículos	0.570		(59)		281	222
Máquinas, Tratores e Similares			(49)		154	105
Ferramentas	_	_	(49)	_	2	2
	47	-	(4)			
Direitos de Uso de Linhas de Transmissão	47	5	(4)	-	2	50
Proteção e Preservação Ambiental	3.647	548	(1.066)	-	=	3.129
Concessão do Município de Curitiba	82.986	-	(4.167)	-	-	78.819
Concessão do Município de Cianorte	64	<u> </u>	(6)	<u>-</u>	-	58
Totais Intangível	93.860	5.103	(10.946)	(90)	115.600	203.527
Total Geral	4.672.870	476.334	(148.636)	(4.788)	(a) (32.131)	4.963.649
(b) Valor transferido para a conta de Ativo	e Financairos (Contratuais refere	ente o expectativo de y	alor recidual a	receber an final dos	contratos de

⁽b) Valor transferido para a conta de Ativos Financeiros Contratuais, referente a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

e) Reserva de Reavaliação e Atribuição do Novo Custo

Reserva de Reavaliação

A Companhia procedeu reavaliações parciais de seus ativos em 1990 e 1991 e atribuição de custos ao Imobilizado em 2010, cujos saldos em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, líquidos de depreciação acumulada, são de R\$184.798 e R\$200.232, respectivamente. A Administração da Companhia entende que a manutenção da reavaliação é adequada, visto que os bens reavaliados estão contabilizados a valores razoáveis de mercado e plenamente recuperáveis por suas operações, os quais serão mantidos até a sua efetiva realização.

f) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1), aprovado pela Deliberação CVM 639/10, a Companhia realizou estudo técnico para determinar o valor recuperável de seus ativos, utilizando as seguintes premissas:

- As unidades geradoras de caixa, identificadas para o teste de recuperabilidade dos ativos, foram os segmentos de negócio de água e esgoto;
- Para a apuração do valor recuperável dos ativos, ou unidades geradores de caixa da Companhia, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;
- As estimativas de fluxo de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, como sugere o CPC 01 (R1) no seu item 33 b;
- Os comparativos, para obtenção de possíveis valores de ativos não recuperáveis, foram realizados com base em moeda constante, ou seja, foram desconsiderados os efeitos da inflação;
- As projeções das receitas, nos fluxos de caixa, foram baseadas nos seguintes indicadores: aumento médio no número de ligações (crescimento vegetativo), consumo médio em m³ por ligação e a tarifa média cobrada por m³;
- O valor contábil dos ativos (ou unidades geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, também foram considerados como valor recuperável. O referido procedimento é baseado nos contratos de concessão, haja vista que os mesmos preveem ressarcimento pelos Municípios no caso de não renovação ou quebras de contrato;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

f) Análise do Valor de Recuperação dos Ativos -- continuação

- As projeções das despesas, nos fluxos de caixa, foram realizadas por grupo de análises e projetadas com base na média dos últimos cinco anos de cada análise em relação a receita bruta;
- A taxa de desconto utilizada, para trazer os valores apurados nos fluxos a valor presente, foi de 11,8%. O referido percentual foi baseado no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC), antes dos impostos, como sugere o CPC 01 (R1) nos itens 55 e 56.

O estudo técnico concluiu que o Ativo Imobilizado e Intangível que estão em operação, gerando fluxos de caixa, são plenamente recuperáveis, não sendo necessário constituir provisão para redução ao valor recuperável.

g) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais

Em atendimento a Lei 11.638/2007, a Companhia, em 17 de agosto de 2009, constituiu comissão interna, composta por funcionários da empresa, com reconhecida competência em suas áreas de atuação, para realizar estudo técnico para apuração da vida útil remanescente do ativo imobilizado e intangível e consequente definição das novas taxas de depreciação/amortização a serem aplicadas no âmbito da Sanepar.

Para o desenvolvimento do estudo técnico o Ativo Imobilizado e o Intangível foram segmentados em grupos de bens de acordo com a sua natureza e representatividade. No primeiro grupo, de maior relevância e peso no estudo, encontram-se os bens que representam uma parte significativa do valor total do imobilizado e intangível da Companhia, entre os quais cita-se as tubulações de redes de água e de esgoto e unidades construtivas (barragens, estações de tratamento de água e de esgoto e demais construções civis).

No segundo grupo estão os itens de importância relativa conforme a quantidade de bens e seu valor total com relação ao imobilizado e intangível, entre os quais encontram-se máquinas, equipamentos e veículos, sendo que para esse grupo os estudos foram focados no histórico da Companhia e nas características construtivas que interferem na expectativa de durabilidade.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL -- continuação

g) Estudo sobre a vida útil econômica dos Bens Patrimoniais -- continuação

Para os demais itens do imobilizado e intangível, tais como móveis, utensílios, microinformática, telecomunicações, equipamentos eletromecânicos e ferramentas, foi considerado o histórico de utilização, reposição e baixa dos bens.

No exercício de 2012 a Companhia constituiu uma comissão interna para revisão do estudo técnico realizado no exercício de 2011, a qual concluiu que neste intervalo de tempo não ocorreram novos fatos, evidências, tecnologias, paradigmas e renovação significativa dos bens que justifique alterações no tempo de vida útil utilizado, exceto para bombas dosadoras que tiveram a taxa de depreciação/amortização alterada de 5,6% para 10% ao ano impactando negativamente no resultado no montante de aproximadamente R\$46. Desta forma, a comissão recomendou a manutenção da vida útil e das taxas de depreciação atualmente utilizadas para o exercício de 2013, exceto para bombas dosadoras.

g) Ativos Financeiros Contratuais

A Companhia registra nesta conta os valores referentes à expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas. O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$107.599 (R\$32.237 em 2012) registrado no Ativo Não Circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

a) A composição de empréstimos, financiamentos e debêntures é a seguinte:

	Taxa de Juros Anual		Vencimento		
Descrição	-	Indexador	Final	2013	2012
Caixa Econômica Federal – CEF (1)	6,62% a 13,68%	TR	2036	712.552	669.469
Banco do Brasil S/A (2)	7,87%	TR	2014	11.253	54.115
Município de Maringá - CEF/CURA	6,17%	TR	2014	16	78
Debêntures 2ª Emissão - 1ª série (3)	1,92%	TJLP	2024	119.498	59.806
Debêntures 2ª Emissão - 2ª serie (3)	9,19%	IPCA	2024	77.578	-
Debêntures 3ª Emissão - 1ª Série (4)	1,08%	DI	2018	202.108	-
Debêntures 3ª Emissão - 2ª Série (4)	6,99%	IPCA	2020	101.961	-
BNDES (5)	1,82% e 2,50%	TJLP	2023	191.838	177.011
Banco do Brasil – PSI/13 (6)	3,00%	-	2023	13.399	-
Banco Itaú – PSI/13 (7)	3,00%	-	2023	5.511	-
BNDES – PAC2 (8)	2,05%	TJLP	2028	30.106	-
Subtotais				1.465.820	960.479
Circulante				(112.310)	(130.116)
Empréstimos e Financiamentos				(104.165)	(129.583)
Debêntures				(8.145)	(533)
Não Circulante				1.353.510	830.363

TR = "Taxa Referencial", taxa de juros estabelecida mensalmente pelo Banco Central do Brasil. A taxa acumulada da TR para o ano, findo em 31 de dezembro de 2013, foi de 0,19% (0,29% em 2012).

TJLP = "Taxa de Juros de Longo Prazo", taxa de juros estabelecida trimestralmente pelo Banco Central do Brasil. Em 2013, a taxa anual da TJLP foi de 5,00% (5,75% em 2012).

Os *covenants* e as cláusulas restritivas vinculadas aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão sendo divulgados no final desta nota.

(1) Caixa Econômica Federal – formado por 218 contratos firmados com a Caixa Econômica Federal, com recursos oriundos do FGTS, utilizados para aumentar e melhorar a cobertura dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, de diversas cidades do Estado do Paraná, bem como para o desenvolvimento institucional com a implementação de programas de melhorias operacionais e redução de perdas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

Esses empréstimos são garantidos em parte pelo sistema de abastecimento de água de Curitiba, na forma de penhor industrial, no montante de R\$145.185 e pelas receitas próprias da Companhia. Mediante o Contrato de Repactuação de Garantia e Outras Avenças nº 411 PGFN/CAF, de 25/04/2008, 35 contratos que a União adquiriu da Caixa, por força da MP nº 2196-3, de 2001, passaram a ser garantidos por 16% do total da arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto no Estado, até o limite do saldo devedor total atualizado dos referidos contratos. A taxa média ponderada de juros é de 6,63% ao ano, acrescida da taxa de administração de até 2,00%, havendo contratos sem taxa de administração e outros com percentuais de 1,00%, 1,01%, 1,41% e 2,00% ao ano. A taxa de risco de crédito é de até 1,70% ao ano, havendo contratos com taxas de risco de 0,30%, 0,50%, 1,00% e 1,70% ao ano.

O prazo final para pagamento é em 2036. Adicionalmente, a Companhia deverá manter junto à Caixa Econômica Federal, na vigência dos contratos de financiamentos, uma conta reserva, cujo saldo em 31/12/2013 é de R\$10.498 (R\$8.426 em 31/12/2012), equivalente a um encargo mensal, valor esse registrado em depósitos vinculados no Ativo Não Circulante.

- (2) Banco do Brasil S/A empréstimo relativo ao refinanciamento de dívidas junto à CEF Caixa Econômica Federal. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pelo Estado do Paraná. A taxa de administração é de 0,10% ao ano, acrescida da taxa de juros.
- (3) Debêntures 2ª Emissão emitidas em 15/08/2011 para colocação em 3 séries, com valor nominal unitário de trinta e nove mil, quinhentos e quinze reais e cinquenta e três centavos, sendo: a 1ª série com 3.000 debêntures, a 2ª série com 3.000 debêntures e a 3ª série com 4.000 debêntures, totalizando 10.000 debêntures no montante total de R\$395.155. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, com garantia real para distribuição privada. As debêntures da 1ª e 3ª séries serão amortizadas em 121 parcelas mensais e sucessivas com remuneração de 1,92% ao ano, acima da TJLP Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central, com carência de 36 meses. A 2ª série será amortizada em 10 parcelas anuais e sucessivas com remuneração de 9,195575% (taxa de referência + 1,92%) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o valor nominal unitário atualizado pelo IPCA, com carência de 37 meses.

Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDES, em 22/06/2012 ocorreu a colocação de 1.500 debêntures e em 26/03/2013 houve a colocação de mais 1.500, totalizando 3.000 debêntures da 1ª série, correspondendo a R\$118.546.

Mediante a subscrição exclusiva pelo BNDESPAR, em 29/10/2013 ocorreu a colocação de 1.678 debêntures correspondentes a R\$66.307, com saldo de 1.322 debêntures a liberar da 2ª Emissão – 2ª série, sendo 3.000, a quantidade total de debêntures da 2ª série.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

(4) Debêntures 3ª Emissão – emitidas em 15/11/2013 e com colocação em 27/11/2013 de 30.000 debêntures em 2 séries com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00, sendo a 1ª Série com 19.967 debêntures e a 2ª Série com 10.033 debêntures no montante total de R\$300.000. Essas debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, em duas séries, para distribuição pública. Sobre o valor unitário nominal, de cada um das debêntures da 1ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 110,80% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) e serão pagos em parcelas semestrais e sucessivas com primeiro vencimento em 15/05/2014 e o último vencimento em 15/11/2018. Sobre o valor unitário nominal atualizado pelo IPCA de cada uma das debêntures da 2ª Série, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 6,99% ao ano, base 252 dias úteis, e serão pagos em parcelas semestrais e sucessivas com primeiro vencimento em 15/05/2014 e o último vencimento em 15/11/2020.

As debêntures serão amortizadas da seguinte forma: (i) 1ª Série: em 03 parcelas anuais e sucessivas, com vencimentos em 15/11/2016, 15/11/2017 e 15/11/2018; (ii) 2ª Série: em 02 parcelas anuais e sucessivas, com vencimentos em 15/11/2019 e 15/11/2020.

(5) BNDES – formado por 03 contratos firmados com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e do Fundo de Participação PIS/PASEP, que estão sendo utilizados na perfuração de poços no Aquífero Guarani e sua operacionalização e, também, para a ampliação e otimização dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses empréstimos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, cujo saldo em 31/12/2013 é de R\$11.193 (R\$10.511 em 31/12/2012), registrado em Depósitos Vinculados no Ativo Não Circulante. Os contratos são amortizados da seguinte forma: (i) dois contratos tiveram o início da amortização após o período de carência, em 108 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de maio de 2010 e janeiro de 2011, respectivamente, e estão sendo remunerados a taxa de 2,5% ao ano, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e (ii) um contrato teve o início da amortização após o período de carência, em 138 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento a partir de agosto de 2011, e remunerado à taxa de 1,82% ao ano, acima da TJLP.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

No caso de a TJLP ser superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder esse índice será incorporado ao saldo devedor principal. Os percentuais de 2,5% e 1,82% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano, incidirão sobre o saldo devedor do principal, já compreendida a parcela capitalizada. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

- (6) Banco do Brasil PSI (Programa de Sustentação do Investimento) formado por 07 contratos firmados com o Banco do Brasil S/A, com recursos originários do BNDES-Finame, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos para diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos através do penhor de duplicatas de prestação de serviços, vencíveis a prazo de 180 dias e desde que não exceda o vencimento final do contrato, cobrindo, 100% do saldo devedor da dívida. Os contratos serão amortizados da seguinte forma: (i) dois contratos com as seguintes características: a) carência de 6 meses com amortização em 114 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos à partir de 15 de novembro de 2013. ii) cinco contratos com carência de 24 meses com amortização em 96 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de 15 de maio de 2015. Os Contratos são remunerados à taxa fixa de 3,00% ao ano. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.
- (7) Banco Itaú PSI (Programa de Sustentação do Investimento) formado por 02 contratos com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial FINAME-BNDES PSI, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia. Os contratos serão amortizados da seguinte forma: carência de 06 meses e amortização em 114 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos a partir de 15/01/2014 e 15/02/2014.

Os contratos são remunerados à taxa fixa de 3,00% ao ano. Os montantes de juros apurados serão pagos trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

(8) BNDES – PAC 2 – Formado por 02 contratos com recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador, destinados a ampliação do sistema de abastecimento de água, e implantação e expansão do sistema de esgotamento sanitário em diversos municípios do Estado do Paraná. Esses financiamentos são garantidos pelas receitas próprias da Companhia e pela conta reserva, mantida junto à Caixa Econômica Federal, com saldo não inferior às 03 próximas parcelas vincendas, cujo saldo em 30/12/2013 é de R\$ 2.665, registrado em Depósitos Vinculados no Ativo. Os contratos serão amortizados da seguinte forma: (i) um contrato com seguintes características: a) carência de 30 meses com amortização em 90 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos à partir de 15 de julho de 2014, b) carência de 30 meses com amortização em 150 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos à partir de 15 de julho de 2014. ii) contrato com carência de 30 meses e amortização em 150 parcelas mensais e sucessivas, com vencimentos à partir de 15 de agosto de 2014.

Os Contratos são remunerados à taxa de 2,05% ao ano, acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. No caso da TJLP ser superior a 6% ao ano, o montante que vier a exceder esse índice será incorporado ao saldo devedor principal. O percentual de 2,05% ao ano acima da TJLP, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% ao ano incidirão sobre o saldo devedor do principal, já compreendida a parcela capitalizada. O montante de juros apurado será pago trimestralmente durante o período de carência e mensalmente durante o período de amortização do principal.

b) Os empréstimos, financiamentos e debêntures apresentam a seguinte movimentação:

		2013	2012		
Descrição	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	
Saldos no início do exercício	130.116	830.363	175.647	773.513	
Liberações	-	628.832	-	187.878	
Juros e Taxas	93.990	-	88.112	-	
Variações Monetárias	-	3.067	-	2.128	
Transferências	108.752	(108.752)	133.156	(133.156)	
Amortizações	(220.548)	-	(266.799)	-	
Saldos no final do exercício	112.310	1.353.510	130.116	830.363	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

c) Os vencimentos dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificados no Não Circulante estão assim distribuídos:

Anos de Vencimento	Empréstimos e Financiamentos	Debêntures	Total
2015	91.569	19.534	111.103
2016	86.476	86.091	172.567
2017	82.001	86.091	168.092
2018	85.483	86.091	171.574
2019	88.747	70.106	158.853
2020 a 2036	426.234	145.087	571.321
Total	860.510	493.000	1.353.510

Obrigações Contratuais: em relação à 2ª emissão de debêntures simples em emissão privada, não-conversíveis em ação, a Companhia deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final, os seguintes índices: dívida líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0; EBITDA/ROL igual ou superior a 35%; EBITDA/Serviço da Dívida igual ou superior a 1,5. As debêntures da 2ª Emissão contam com garantia real, consubstanciada na cessão fiduciária dos direitos creditórios emergentes da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto, em valor correspondente à parcela mensal de R\$29.000, corrigido anualmente pelo IPCA, com data-base de maio de 2011.

A Companhia firmou no ano de 2007, três contratos de financiamento com o BNDES e deve manter os seguintes índices econômicos-financeiros, apurados anualmente com base nas Demonstrações Contábeis: cobertura do serviço da dívida igual ou maior que 1,5; margem EBITDA igual ou maior que 35%; dívida bancária líquida/EBITDA menor ou igual a 3; grau de endividamento menor ou igual a 70%. Os financiamentos contam com vinculação da receita da prestação dos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgoto em valor mensal não inferior a R\$14.100, corrigidos anualmente pelo IPCA, com data-base de dezembro de 2007. Além disso, os financiamentos estabelecem a necessidade de se manter uma conta reserva, com movimentação exclusiva pelo banco depositário, na qual ficam depositados valores que não podem ser inferiores ao montante equivalente à soma das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida, vencíveis nos 3 meses seguintes e cujo saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$11.193 (R\$10.511 em 2012).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES -- continuação

Em relação à 3ª emissão de debêntures simples em emissão não-conversíveis em ação, da espécie quirografária, sendo que a mesma não confere qualquer privilégio especial ou geral a seus titulares, a Companhia deve manter, durante toda a vigência e até o vencimento final, os seguintes quocientes: Dívida Líquida/EBITDA igual ou inferior a 3,0; EBITDA/Despesa Financeira Liquida igual ou superior a 1,50.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia está atendendo integralmente às cláusulas restritivas estipuladas quando da emissão das debêntures e financiamento do BNDES.

10. OUTRAS CONTAS A PAGAR

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2013	2012
Programas Vinculados à Agência Nacional de Águas - ANA	9.370	8.789
Contratos e Convênios com Terceiros	16.061	18.571
Convênios com Prefeituras Municipais	10.679	4.949
Cauções e Valores a Reembolsar	9.370	8.549
Totais	45.480	40.858
Circulante	33.471	34.285
Não Circulante	12.009	6.573

11. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Companhia possui contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgoto sanitário com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001. Com base neste contrato, foi fixado o montante a ser pago pela concessão, num total de R\$125.000, devidos em parcelas distintas no decorrer do contrato, corrigidos com base na variação do IPCA divulgado pelo IBGE. O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$95.341 (R\$95.675 em 2012), sendo R\$5.988 (R\$5.654 em 2012) registrados no passivo circulante e R\$89.353 (R\$90.021 em 2012) no passivo não circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A composição apresenta os seguintes valores:

Descrição	2013	2012
COFINS a Pagar	13.177	12.468
PASEP a Pagar	2.861	2.707
COFINS – Parcelamento (1)	7.653	11.372
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	21.877	10.854
Outros Tributos a Pagar	-	1
Totais de Impostos e Contribuições	45.568	37.402
Circulante	45.568	32.233
Não Circulante	-	5.169

(1) Refere-se ao parcelamento da multa da COFINS relativo ao período de setembro/1994 a setembro/1996, em conformidade com a Lei nº 11.941/2009. O débito foi parcelado em 60 prestações mensais, atualizadas pela taxa de juros SELIC frente à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional restando, em 31 de dezembro de 2013, 10 parcelas a vencer. A Companhia impetrou mandado de segurança perante a 2ª Vara da Justiça de Curitiba em 28/06/2011, contestando o valor consolidado da dívida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, conseguindo liminar em 29/06/2011 para redução do montante da dívida. O processo foi julgado em 06/12/2011 favoravelmente à Companhia. A Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação em 07/02/2012, o qual foi julgado e teve o provimento negado. Em 15/01/2013 a União apresentou recurso especial, que está em análise de admissibilidade no TRF4, conforme consulta realizada em 06/01/2014 junto ao sítio do TRF4.

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisões

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, suportada por opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis. Para as ações de natureza trabalhista, considerando o histórico de julgamento, é constituída provisão da totalidade desses processos.

A Companhia acredita que os montantes de provisões registrados são suficientes para cobrir as perdas prováveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

a) Provisões – continuação

A movimentação das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais em 2013, é a seguinte:

Natureza	2012	Adições	Reversões	2013
Ações Trabalhistas (1)	149.083	53.036	(39.903)	162.216
Ações Cíveis (2)	186.925	15.253	(5.319)	196.859
Ações Ambientais (3)	57.483	20.411	(729)	77.165
Ações Tributárias (4)	2.283	1.457	(2.114)	1.626
Total	395.774	90.157	(48.065)	437.866

A movimentação das provisões para ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais em 2012, é a seguinte:

Natureza	2011	Adições	Reversões	2012
Ações Trabalhistas (1)	137.194	46.079	(34.190)	149.083
Ações Cíveis (2)	151.396	118.192	(82.663)	186.925
Ações Ambientais (3)	3.789	55.192	(1.498)	57.483
Ações Tributárias (4)	272	2.011	-	2.283
Total	292.651	221.474	(118.351)	395.774

- (1) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.
- (2) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações de montantes provisionados em decorrência de ações por reclamações de danos causados a terceiros.
- (3) As provisões ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos por diferentes órgãos ambientais decorrentes principalmente de vazamento/extravazamento de redes coletoras de esgoto, além de efluentes de estações de tratamento de esgoto em desacordo com o padrão.
- (4) As provisões tributárias relacionam-se, principalmente, a questionamentos movidos pelas Prefeituras Municipais de Porecatu, Toledo e Tamboara referente ao ISSQN e do município de Pinhais referente ao IPTU.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

13. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS -- continuação

b) Passivos Contingentes – continuação

A Companhia suportada por opinião de seus assessores jurídicos divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelece o CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

A posição em 31 de dezembro de 2013 e 2012 dos passivos contingentes com expectativa de perda possível para ações cíveis, ambientais e tributárias, é a seguinte:

T	~	4
Passivos	('Anting	entec
1 4331103	Comuniz	CIIICS

Natureza	2013	2012
Ações Cíveis	129.393	93.653
Ações Ambientais	181.626	59.208
Ações Tributárias	16.077	11.955
Totais	327.096	164.816

c) Depósitos Judiciais

A Companhia efetuou depósitos judiciais, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

A composição é a seguinte:

Depósitos Judiciais

Natureza	2013	2012
Ações Trabalhistas	89.549	88.611
Ações Cíveis	48.995	44.463
Ações Ambientais	885	560
Ações Tributárias	4.368	3.858
Totais	143.797	137.492
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração da Conciliação das Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Registradas no Resultado

_		2013		2012
Descrição	Imposto C de Renda	ontribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	544.130	544.130	445.467	445.467
Imposto de Renda e Contribuição Social - Alíquotas Vigentes	(136.033)	(48.972)	(111.367)	(40.092)
Benefício da Dedutibilidade dos Juros sobre o Capital Próprio Subvenções e Doações Recebidas de Órgãos Públicos (1) Ajustes a Valor Presente de Contas a Receber (1) Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT (2) Incentivo Empresa Cidadã (3) Outros Totais das Despesas	31.709 44 (78) 582 260 (86) (103.602)	11.415 16 (28) - (55) (37.624)	30.436 270 132 558 226 (691) (80.436)	10.957 97 48 - (285) (29.275)
Totais do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(141.22	(6)	(109	0.711)
Alíquota Efetiva	26,0%	ó	24	,6%

- (1) De acordo com a Lei nº 11.941, de 27/05/2009;
- (2) De acordo com o Decreto 3.000, de 26 de março de 1999 Regulamento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica;
- (3) De acordo com o Decreto 7.052, de 23 de dezembro de 2009, que regulamentou a Lei nº 11.770, de 09/09/2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos

A composição no resultado do período apresenta os seguintes valores:

Descrição	2013	2012
Imposto de Renda	(140.423)	(132.876)
Contribuição Social	(50.390)	(47.646)
Realização do Imposto de Renda Diferido	36.821	52.440
Realização da Contribuição Social Diferida	12.766	18.371
Totais	(141.226)	(109.711)

Os impactos tributários relativamente ao reconhecimento de ganhos e perdas atuariais no Patrimônio Líquido estão sendo divulgados na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição das bases para imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre ativos e passivos com realização futura, é a seguinte:

	Prazo				2013	2012
Descrição	Estimado de Realização	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	Total
ATIVO						
Planos de Saúde e Previdência	15 anos	780.952	195.238	70.285	265.523	292.162
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	10 anos	4.163	1.041	374	1.415	1.415
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	5 anos	437.866	109.466	39.408	148.874	134.563
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	3 anos	54.539	13.635	4.909	18.544	17.691
Provisão para PPR	1 ano	23.911	5.978	2.152	8.130	10.471
Provisão para Plano de Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	1.347
Totais			325.358	117.128	442.486	457.649
PASSIVO						
IRPJ Diferido sobre Construções e Benfeitorias	28 anos	154.647	38.661	-	38.661	40.020
Reserva de Reavaliação	18 anos	159.194	39.799	14.327	54.126	57.155
Atribuição Novo Custo ao Imobilizado	5 anos	25.604	6.401	2.304	8.705	10.925
Totais			84.861	16.631	101.492	108.100
Total líquido			240.497	100.497	340.994	349.549

d) Estimativa de realização futura do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A composição da estimativa de realização futura do ativo fiscal diferido e passivo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2013, é a seguinte:

	Ativo Fiscal Diferido			Passivo Fiscal Diferido			
Períodos de Realização	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	Imposto de Renda	Contribuição Social	Totais	
2014	20.033	7.212	27.245	5.373	1.419	6.792	
2015	26.651	9.594	36.245	5.373	1.419	6.792	
2016	13.016	4.686	17.702	5.373	1.419	6.792	
2017 a 2019	148.514	53.465	201.979	12.919	3.104	16.023	
2020 a 2022	39.048	14.057	53.105	11.319	2.528	13.847	
2023 a 2025	39.048	14.057	53.105	11.319	2.528	13.847	
2026 a 2028	39.048	14.057	53.105	11.319	2.528	13.847	
2029 a 2031	-	-	-	8.978	1.686	10.664	
2032 a 2034	-	-	-	4.296	-	4.296	
2035 a 2037	-	-	-	4.296	-	4.296	
2038 a 2040	-	-	-	4.296	-	4.296	
Totais	325.358	117.128	442.486	84.861	16.631	101.492	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL -- continuação

e) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) estabelecendo o tratamento dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela nova legislação. A Companhia fez a opção pelo RTT na entrega da DIPJ do ano-base de 2008, exercício financeiro de 2009. Adicionalmente, transmitiu o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) instituído pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil, referentes aos anos-calendários de 2008 a 2012.

A Medida Provisória nº 627, publicada em 12/11/2013, revoga obrigatoriamente o RTT a partir de 2015, com a possibilidade de opção antecipada para o exercício de 2014. A Companhia analisou os impactos da adoção antecipada e está aguardando a conversão da Medida Provisória nº 627 em Lei, para oficializar a opção a partir de 2014.

2012

15. PARTES RELACIONADAS

Composição dos Créditos do Estado do Paraná:

Descrição	2013	2012
Empréstimos e Financiamentos		_
Paranásan – Contrato subempréstimo – Estado/JBIC	185.051	185.051
Paranásan – Acordo Formal – Estado do Paraná	156.159	156.159
Outros – Acordo Formal – Estado do Paraná	25.810	25.810
Total de Empréstimos e Financiamentos (1)	367.020	367.020
Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio (2)	17.608	17.608
Paranásan – Liberações ocorridas na vigência do contrato (3)	177.296	177.296
Remuneração (4)	459.489	422.789
Subtotal	1.021.413	984.713
Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio de 2004 (5)	55.830	49.942
Total dos Créditos do Estado do Paraná	1.077.243	1.034.655
Créditos Estado do Paraná (6)	(279.883)	-
Créditos para Aumento de Capital (7)	(797.360)	-
Saldo Final do Exercício	<u> </u>	1.034.655
Circulante		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	49.942
Não Circulante		
Crédito para Aumento de Capital	-	984.713

(1) Saldo de Empréstimos e Financiamentos, transformado em Créditos para Aumento de Capital, conforme Termo de Resilição celebrado entre a Sanepar e o Estado do Paraná em 18 de dezembro de 2003.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

15. PARTES RELACIONADAS -- continuação

- (2) Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio decorrente do encontro de contas realizado, em 15 de dezembro de 2003, entre a Sanepar e o Estado do Paraná. Os créditos de Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2002, no valor de R\$34.743, possibilitaram a quitação de débitos relativos a faturas de água e esgoto, no montante de R\$17.135, e o saldo remanescente de R\$17.608, a favor do Estado do Paraná, foi transferido para a conta de Créditos para Aumento de Capital.
- (3) Recursos repassados na forma do acordo de empréstimo BZ-P13, firmado entre o Estado do Paraná e o "JBIC Japan Bank for International Cooperation". Estes valores foram registrados diretamente como Créditos para Aumento de Capital, conforme previsto na Cláusula Terceira do Termo de Resilição Amigável, de 18 de dezembro de 2003.
- (4) Remuneração dos saldos dos créditos destinados a aumento de capital, existentes em 31 de dezembro de 2003 e aportes realizados na vigência do contrato, pela TJLP Taxa de Juros de Longo Prazo, conforme acordo entre a Sanepar e o Estado do Paraná, aprovado pela 9ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 13 de setembro de 2005.
- (5) Saldo de Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio a pagar ao Estado do Paraná do exercício de 2004 atualizado pela TJLP Taxa de Juros de Longo Prazo.
- (6) O saldo destes créditos foi pago ao Estado do Paraná em 30 de novembro de 2013, nos termos da letra "b" item 2.1 do Acordo de Acionistas, assinado em 27 de agosto de 2013.
- (7) Valor correspondente à parcela corrigida que resultou no aumento do Capital Social da Companhia em 31/10/2013, subscrito como ações preferenciais, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 17.680 de 13 de setembro de 2013, aprovado na 8ª/2013 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 24 de setembro de 2013 e na 101ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2013.

A Companhia destinou ao Estado do Paraná Juros sobre o Capital Próprio do exercício de 2013, no montante de R\$74.394 e dividendos adicionais propostos de R\$37.805 totalizando R\$112.199. Este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Adicionalmente, as transações com partes relacionadas são relativas ao fornecimento de água e serviços de esgoto, providos ao Estado do Paraná, cuja receita montou de R\$75.168 e R\$58.891 para os exercícios de 2013 e 2012, respectivamente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

15. PARTES RELACIONADAS -- continuação

A Companhia também possui transações com a Dominó Holdings S/A referente a Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$37.583 e dividendos adicionais propostos de R\$19.098 totalizando R\$56.681, sendo que este valor depende de aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

Os custos com energia da Companhia, os quais são gerados pela Companhia Paranaense de Energia – COPEL (uma das acionistas da Dominó Holdings S/A e controlada pelo Estado do Paraná) foram de R\$161.946 e R\$184.236, durante os exercícios de 2013 e 2012, respectivamente.

Essas operações de vendas e compras têm sido realizadas, aplicando-se as mesmas condições daquelas realizadas com terceiros.

A Companhia também transaciona com diversas prefeituras municipais do Estado do Paraná o fornecimento de água e a coleta e tratamento de esgoto sanitário, com as quais mantêm contratos de concessões e contratos de programas municipais para prestação de serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto, cuja receita, com esses órgãos municipais, durante o exercício de 2013, montou de R\$61.762 (R\$62.442 em 2012).

Essas operações são consideradas, pela Administração da Sanepar, como normais de mercado, exceto para algumas prefeituras municipais que possuem descontos nas faturas de fornecimento de água e esgotamento sanitário, dependendo do consumo máximo estabelecido em cada contrato especial com o poder público, para obtenção do benefício. Quanto à forma de liquidação financeira desses créditos, além do pagamento na rede bancária autorizada, poderá acontecer por intermédio de encontro de contas com as prefeituras devedoras que possuam créditos junto à Companhia.

Remuneração dos Administradores

A remuneração global anual dos administradores para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi aprovada pela 49ª/2013 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 25 de abril de 2013, no montante global de R\$9.317, sendo pago a título de remuneração o montante de R\$6.273 e R\$1.864 referente a encargos e benefícios, totalizando o montante de R\$8.137. Para o exercício de 2012 a aprovação se deu pela 48ª/2011 Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 25/04/2012, no montante de R\$7.872 sendo pago a título de remuneração o montante de R\$4.602 e R\$1.866 referente a encargos e benefícios, totalizando o montante de R\$6.468.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31/10/2013 ocorreu aumento do Capital Social da Companhia, com subscrição de 62.538.024 ações preferenciais conforme autorizado pela Lei Estadual nº 17.680 de 13 de setembro de 2013, aprovado na 8ª/2013 Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 24 de setembro de 2013 e na 101ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de outubro de 2013.

O Capital Social é composto de 476.620.206 ações, sendo 289.836.870 ações ordinárias e 186.783.336 ações preferenciais sem valor nominal, totalmente integralizado por pessoas físicas e jurídicas residentes e domiciliadas no país e no exterior. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas a elas são assegurados: (i) direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações ou quaisquer outros títulos ou vantagens, incluídos os casos de incorporação de reservas ao capital social; e (ii) prioridade no reembolso do capital social, na eventual liquidação da Sociedade.

O valor patrimonial de cada ação em 31 de dezembro de 2013 é de R\$7,48 (R\$5,87 em 31 de dezembro de 2012).

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$2.597.360 (R\$1.800.000 em 31 de dezembro de 2012), e sua composição acionária, é a seguinte:

					Número	de Ações
Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado do Paraná	173.902.122	60,0	106.006.325	56,8	279.908.447	58,7
Dominó Holdings S/A	115.106.273	39,7	28.776.568	15,4	143.882.841	30,2
Prefeituras Municipais	-	-	2.339.005	1,2	2.339.005	0,5
Investidores Estrangeiros	-	-	12.635.152	6,8	12.635.152	2,7
Demais Investidores	828.475	0,3	37.026.286	19,8	37.854.761	7,9
Totais	289.836.870	100,0	186.783.336	100,0	476.620.206	100,0

b) Reserva de Reavaliação

Foi realizado no exercício, transferindo-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$5.879 (R\$5.970 em 2012), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta reserva ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e no intangível, objeto das reavaliações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

b) Reserva de Reavaliação -- continuação

A movimentação da realização da Reserva de Reavaliação foi a seguinte:

Descrição	2013	2012
Saldos no início do exercício	110.947	116.917
Realização da Reserva de Reavaliação	(8.907)	(9.046)
Realização dos Tributos sobre Reserva de Reavaliação	3.028	3.076
Saldos no final do exercício	105.068	110.947

c) Reserva para Plano de Investimentos

A reserva para plano de investimentos corresponde ao lucro remanescente, após constituição da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos.

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembleia dos Acionistas, a destinação do montante de R\$201.477 dos Lucros Acumulados para a constituição de Reserva para Plano de Investimentos. Esses recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos Sistemas de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto, conforme estabelecido nos planos de investimentos da Companhia.

d) Remuneração aos Acionistas

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% do resultado líquido ajustado de acordo com a legislação societária. Para os acionistas detentores de ações preferenciais foi atribuído Juros sobre o Capital Próprio (dividendo) por ação 10% superior aos acionistas detentores de ações ordinárias.

A legislação fiscal permite que as companhias procedam ao pagamento de Juros sobre o Capital Próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratem esses pagamentos como uma despesa dedutível para fins de apuração de imposto de renda e da contribuição social. Esta distribuição, imputada aos dividendos obrigatórios a serem pagos pela Companhia, é tratada para fins contábeis e societários como uma dedução ao patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos. Sobre esses valores é retido imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, e recolhido pela Companhia quando do crédito dos juros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – continuação

d) Remuneração aos Acionistas -- continuação

Os Juros sobre o Capital Próprio a pagar foram calculados dentro do limite de variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP nos termos da Lei nº 9.249/95, complementada por disposições legais posteriores. O total de Juros foi contabilizado em despesas financeiras, gerando beneficio fiscal de R\$43.125, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações contábeis, esses juros estão sendo apresentados no Patrimônio Liquido, a débito da conta de lucros acumulados.

A Administração da Companhia está propondo à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, a seguinte distribuição dos lucros:

	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício Constituição da Reserva Legal	402.904 (20.145)	335.756 (16.788)
Doações e Subvenções Governamentais	(177)	(1.079)
Base para o Cálculo de Dividendos Obrigatórios	382.582	317.889
Dividendos Obrigatórios (25%) Dividendos Complementares	95.646 95.645	79.472 79.472
Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio	191.291	158.944

O montante de Juros sobre o Capital Próprio apurado em 2013 foi de R\$126.837 (R\$121.745 em 2012), sendo retido o valor de R\$6.943 a título de Imposto de Renda Retido na Fonte que resultou em uma alíquota efetiva de 5,47% (6,01% em 2012). Em razão dos Juros sobre o Capital Próprio não atingirem 50% do lucro líquido do exercício, face ao que estabelece o acordo de acionistas, a Administração da Companhia está propondo o pagamento de Dividendos Adicionais de R\$64.454, totalizando uma remuneração bruta no montante de R\$191.291.

A parcela dos Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$95.645, será mantida em reserva de Patrimônio Líquido da Companhia, até a deliberação da Assembleia Geral Ordinária, quando então, se aprovada, será transferida para a rubrica do Passivo Circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO – continuação

d) Remuneração aos Acionistas - continuação

Os Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos Adicionais Propostos, por ação, foram os seguintes:

	2013	2012
Ações Preferenciais	0,42484	0,40993
Ações Ordinárias	0,38621	0,37267

O montante total de R\$34.844 (R\$122.386 em 2012) registrado no Passivo Circulante como Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos em 2013 inclui R\$21.043 (R\$91.257 em 2012) do acionista Estado do Paraná, R\$9.036 (R\$21.062 em 2012) do acionista Dominó Holdings S/A, R\$4.352 (R\$9.776 em 2012) de outros acionistas e R\$413 (R\$291 em 2012) relativos a valores de anos anteriores ainda não pagos efetivamente aos acionistas. A Companhia antecipou o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos no montante de R\$ 55.092 (líquido do imposto de renda retido na fonte) referentes ao 1º semestre de 2013 em 20/12/2013, conforme autorizado pela 13ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.

e) Resultado por Ação

A tabela a seguir estabelece o cálculo do lucro por ação (em milhares, exceto valores por ação):

Resultado básico e diluído por ação	2013	2012
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	266.611	228.166
Ações preferenciais	136.293	107.590
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	289.837	289.837
Média ponderada de número de ações preferenciais	134.697	124.245
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,919865	0,787223
Por ação preferencial	1,011851	0,865946

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO -- continuação

f) Reserva Legal

Constituída no montante de R\$20.145 em 2013 (R\$16.788 em 2012), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, até atingir o limite de 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

g) Reserva de Incentivos Fiscais

Constituída no montante de R\$177 em 2013 (R\$1.079 em 2012), referente à parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Esse valor foi excluído da base de cálculo dos Dividendos.

h) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Constituída em conformidade com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, referente aos ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo.

Foi realizado no exercício, transferido-se para Lucros Acumulados, o montante de R\$4.307 (R\$4.063 em 2012), líquido do Imposto de Renda e da Contribuição Social. A realização desta conta ocorre na mesma proporção das baixas e depreciações dos bens registrados no ativo imobilizado e intangível, aos quais foram atribuídos novos valores.

A movimentação da realização dos Ajustes de Avaliação Patrimonial foi a seguinte:

Descrição	2013	2012
Saldos no início do exercício	21.206	25.269
Realização dos Ajustes ao Custo Atribuído	(6.526)	(6.155)
Realização dos Tributos sobre Ajustes ao Custo Atribuído	2.219	2.092
Saldos no final do exercício	16.899	21.206

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

17. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia provisionou o montante de R\$23.911 (R\$24.423 em 2012, sendo R\$19.868 do exercício de 2012 e R\$4.555 referente complemento do exercício de 2011), a título de Participação nos Resultados do exercício de 2013, o qual encontra-se registrado na conta de Salários e Encargos Sociais, no passivo circulante.

A proposta deverá ser submetida previamente à Procuradoria Geral do Estado, para emissão de parecer, indicando claramente: a origem dos resultados; o valor total que pretende distribuir; os ganhos nos índices de produtividade, qualidade ou lucratividade; a avaliação das metas, resultados e prazos pactuados previamente para o período; a evolução dos índices de segurança no trabalho e a evolução dos índices de assiduidade. Adicionalmente será submetida à aprovação do Governador do Estado e da Assembleia Geral Ordinária.

18. RECEITAS OPERACIONAIS

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2013	2012
Receitas		
Receitas de Água	1.600.522	1.458.488
Receitas de Esgoto	827.166	721.420
Receitas de Serviços	77.869	75.876
Receitas de Resíduos Sólidos	7.021	4.606
Serviços Prestados a Prefeituras	4.902	4.267
Outras Receitas	37.913	25.005
Totais das Receitas Operacionais	2.555.393	2.289.662
Deduções das Receitas Operacionais		
COFINS	(152.176)	(136.609)
PASEP	(33.038)	(29.658)
Totais das Deduções	(185.214)	(166.267)
Totais das Receitas Operacionais, líquidas	2.370.179	2.123.395

A Companhia incorreu em receitas e custos com contratos de construção vinculados aos contratos de programas de R\$3.950 (R\$231 em 2012), durante o exercício de 2013, ou seja, com margem nula.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

19. CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

A composição dos custos, por natureza, é a seguinte:

			2013			2012
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Pessoal	184.163	57.818	241.981	159.868	50.060	209.928
Materiais	62.549	23.307	85.856	54.943	20.084	75.027
Energia Elétrica	151.241	14.805	166.046	171.455	14.963	186.418
Serviços de Terceiros	132.219	92.564	224.783	89.039	54.707	143.746
Depreciações e Amortizações	80.142	63.690	143.832	75.836	58.573	134.409
Outros Custos	59.509	19.208	78.717	53.226	16.121	69.347
Totais	669.823	271.392	941.215	604.367	214.508	818.875

20. DESPESAS COMERCIAIS, ADMINISTRATIVAS E OUTRAS

A composição destas despesas, por natureza, é a seguinte:

Descrição	2013	2012
Comerciais		
Pessoal	78.150	67.662
Materiais	3.352	3.416
Serviços de Terceiros	42.317	35.095
Depreciações e Amortizações	5.109	4.952
Perdas na Realização de Créditos	33.297	11.758
Outras Despesas	41.402	29.183
Totais das Despesas Comerciais	203.627	152.066
Administrativas		
Pessoal	408.298	358.318
Materiais	28.958	25.520
Serviços de Terceiros	100.840	90.085
Depreciações e Amortizações	11.336	9.275
Perdas na Realização de Créditos	-	4
Outras Despesas	43.706	45.980
Transferências para Custos e Despesas Comerciais (a)	(92.695)	(78.015)
Despesas Capitalizadas (b)	(78.527)	(56.849)
Totais das Despesas Administrativas	421.916	394.318
Outras Despesas Operacionais		
Despesas		
Baixas de Ativos	(8.793)	(4.803)
Receitas		
Venda de Ativos	6.579	
Totais das Outras Despesas Operacionais, líquidas	(2.214)	(4.803)

⁽a) Estes valores são primeiramente registrados como despesas administrativas e posteriormente transferidos para custos e despesas comerciais;

⁽b) Estes valores referem-se aos gastos administrativos capitalizados, por se relacionarem com projetos e obras em andamento, alocados diretamente pelas Unidades de Serviços.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	2013	2012
Receitas Financeiras		
Variações Monetárias Ativas	6.973	5.807
Aplicações Financeiras	21.434	20.051
Outras Receitas Financeiras	4.044	4.308
Totais das Receitas Financeiras	32.451	30.166
Despesas Financeiras		
Juros e Taxas de Financiamentos e de Debêntures	(77.742)	(72.546)
Variações Monetárias Passivas	(45.196)	(74.343)
Outras Despesas Financeiras	(7.924)	(9.786)
Totais das Despesas Financeiras	(130.862)	(156.675)
Resultado Financeiro, líquido	(98.411)	(126.509)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações contábeis, encontra-se a seguir:

	Valor Contábil		Valor Justo	
Descrição	2013	2012	2013	2012
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de caixa	146.782	219.175	146.782	219.175
Contas a Receber de Clientes, líquido	376.722	350.920	376.722	350.920
Depósitos Vinculados	45.430	40.608	45.430	40.608
Ativos Financeiros Contratuais	107.599	32.237	107.599	32.237
Total	676.533	642.940	676.533	642.940
Passivos Financeiros				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	1.465.820	960.479	1.465.820	960.479
Empreiteiros e Fornecedores	132.427	101.793	132.427	101.793
Título a Pagar	15.095	19.649	15.095	19.649
Contratos de Concessão	95.341	95.675	95.341	95.675
Total	1.708.683	1.177.596	1.708.683	1.177.596

A Companhia utilizou os seguintes métodos e premissas no cálculo do valor justo de seus instrumentos financeiros:

Caixa e Equivalentes de Caixa: os montantes divulgados no balanço patrimonial, aproximam-se do valor justo. O saldo refere-se, basicamente, a aplicações financeiras com características de curto prazo de alta liquidez.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Depósitos Vinculados: Os depósitos vinculados de longo prazo referem-se a programas da Agência Nacional da Água – ANA no valor de R\$5.922 (R\$5.550 em 2012); bem como as reservas mantidas junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$10.498 (R\$8.426 em 2012), R\$11.193 (R\$10.511 em 2012) e R\$2.665 mencionadas na nota 9 (1), nota 9 (5) e nota 9 (8), respectivamente.

Contas a Receber: os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se do valor justo, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

O saldo de contas a receber de clientes a curto e longo prazo decorrente de parcelamentos foi ajustado a valor presente. Os parcelamentos das contas de particulares são atualizados pela SELIC, acrescidos de taxa de administração e de risco e os das contas de órgãos públicos com base nos juros da poupança de 6% ao ano. A Companhia adotou para cálculo do Ajuste a Valor Presente a taxa SELIC para as contas de particulares e os juros da poupança para as contas de órgãos públicos.

A movimentação do Ajuste a Valor Presente foi a seguinte:

Descrição	2013	2012
Saldos no Início do Exercício	(1.167)	(1.694)
Ajuste a Valor Presente	(314)	527
Saldos no Final do Exercício	(1.481)	(1.167)

Ativos Financeiros Contratuais: representam a expectativa de valor residual a receber ao final dos contratos de programas, com base nos prazos das concessões.

Contas a Pagar: as contas a pagar a empreiteiros e fornecedores são compromissos vencíveis em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, sendo, em razão disso, reconhecidos como valor justo. O prazo médio de pagamentos praticado pela Companhia é de 27 (vinte e sete) dias.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures: são contabilizados ao valor justo no início da operação, líquidos dos custos das transações incorridas e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e não incluem encargos futuros em seus saldos. As características e taxas de atualização estão descritas na nota 9, e não representam riscos adicionais para a Companhia neste momento. Todos os empréstimos e financiamentos, em 31/12/2013, estão relacionados aos investimentos no ativo imobilizado e intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Títulos a Pagar: representam títulos a pagar à Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, representada por 180 prestações mensais a partir de maio de 2001, calculadas mensalmente pela "Tabela Price" na taxa de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC (vide nota 24 para detalhes).

Contratos de Concessão: representa o saldo a pagar relativo ao contrato de concessão onerosa para exploração de serviços públicos junto a Prefeitura Municipal de Curitiba, pelo prazo de 30 anos, assinado em 06 de dezembro de 2001 (vide nota 11 para detalhes).

Risco de negócio: o negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários para 345 sedes municipais operadas no Estado do Paraná e 01 sede municipal no Estado de Santa Catarina, para as quais a Companhia detêm as respectivas concessões municipais, atendendo aproximadamente 10,4 milhões de pessoas com água tratada e 6,7 milhões com o serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Existem diversos riscos associados, normais ao ramo de negócio da Sanepar, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados das operações da Companhia. Estes riscos são basicamente associados aos seguintes fatores:

Risco de Taxa de Juros: risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

Este risco é proveniente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de oscilações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A composição dos empréstimos e financiamentos da Companhia expressos em reais sujeitos à taxa de juros variável e fixa estão apresentados abaixo:

Indexador	2013	2012
TR	723.821	723.662
TJLP	341.442	236.817
IPCA	179.539	-
DI	202.108	-
Sem Correção Monetária	18.910	-
-	1.465.820	960.479

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS -- continuação

Análise de Sensibilidade a taxa de juros: a seguir é apresentado o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade das aplicações financeiras e juros sobre os principais empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos para a Companhia. Se as taxas de rentabilidade das aplicações financeiras e dos juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito no lucro antes dos impostos teria sido de R\$992 e R\$1.985 a mais ou a menos, principalmente em decorrência de receitas de aplicações financeiras e de despesas de juros mais baixas ou mais altas nas aplicações financeiras e nos empréstimos de taxa variável conforme descrito abaixo:

Análise					
Descrição	Indexador	+ 25%	-25%	+50%	-50%
Caixa FI Sanepar I Renda Fixa	CDI	3.520	(3.520)	7.041	(7.041)
Itaú Corp Plus Referenciado	CDI	821	(821)	1.642	(1.642)
Ativos		4.341	(4.341)	8.683	(8.683)
Caixa Econômica Federal	TR	(291)	291	(582)	582
Banco do Brasil	TR	(8)	8	(17)	17
BNDES	TJLP	(1.693)	1.693	(3.385)	3.385
BNDES-PAC2	TJLP	(37)	37	(73)	73
Debêntures – 2ª Emissão – 1ª Série	TJLP	(683)	683	(1.366)	1.366
Debêntures – 2ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(89)	89	(177)	177
Debêntures – 3ª Emissão – 1ª Série	DI	(490)	490	(980)	980
Debêntures – 3ª Emissão – 2ª Série	IPCA	(58)	58	(118)	118
Passivos		(3.349)	3.349	(6.698)	6.698
Efeitos no Lucro antes da Tributação		992	(992)	1.985	(1.985)

A TR considerada foi de 0,19% e a TJLP de 5%, obtidas junto ao BACEN - Banco Central do Brasil, e o IPCA à taxa de 5,91%, obtida junto ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Risco de Crédito: praticamente toda a população do Estado é cliente da Companhia. Considerando nosso tipo de negócio não efetuamos nenhuma análise de crédito, adotando a prática de corte no abastecimento no caso de inadimplência. O nível de perdas na realização das contas a receber é considerado normal para o setor de saneamento.

A prática do corte de abastecimento não é aplicada ao Poder Público, entretanto, a Administração vem concentrando esforços no sentido de reduzir os níveis de inadimplência, por meio de negociações com as prefeituras devedoras e a viabilização da prática de encontro de contas com aquelas que possuam créditos junto à Companhia, caso não haja acordo, a Companhia ingressa com cobrança judicial.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS – continuação

Risco de Concessão: os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos municípios em que opera, geralmente os contratos de concessão e contratos de programas têm prazo de duração de 30 anos. Nesses contratos há previsão de cumprimento de metas de ampliação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, relacionadas aos índices de atendimento com rede de abastecimento de água e atendimento com rede coletora de esgoto. Em algumas situações, o município concedente tem o direito de rescindir os contratos antes de seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados.

Derivativos: a Companhia não possui contratos de troca de índices (SWAP) ou operações que possam ser caracterizadas como instrumentos financeiros com derivativos, muito menos em aplicações de caráter especulativo ou outros ativos de riscos, e nem suas operações de mercado e de empréstimos e financiamentos estão expostas as flutuações de moedas estrangeiras, não necessitando realizar proteção cambial (hedge).

Risco de Liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações. A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota explicativa 9, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

Gestão de capital: O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital. A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 9), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS – continuação

Com o objetivo de manter a liquidez e sua capacidade de pagamento a Companhia utiliza como métrica de alavancagem a relação dívida líquida/patrimônio líquido. Para efeito de dívida líquida considera-se: empréstimos, financiamentos, debêntures e créditos para aumento de capital, menos caixa e equivalentes de caixa:

<u>-</u>	2013	2012
Empréstimos, financiamentos, debêntures e créditos p/ aumento de capital	1.465.820	1.945.192
Caixa e equivalentes de caixa	(146.782)	(219.175)
Dívida líquida	1.319.038	1.726.017
Patrimônio Líquido	3.566.842	2.428.830
Relação dívida líquida/Patrimônio Líquido	0,37	0,71

23. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA

A Sanepar é patrocinadora da Fundação Sanepar de Previdência e Assistência Social – FUSAN, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com a finalidade principal de administrar o plano de aposentadoria que objetiva suplementar os benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

O plano de aposentadoria administrado pela FUSAN, tem as seguintes características principais: contribuição definida durante a fase laboral e benefício definido com renda vitalícia para os aposentados, pensionistas e para benefícios de risco (aposentadoria por invalidez, pensão por morte, auxilio-doença e acidente). Neste exercício a Patrocinadora repassou o montante financeiro de R\$18.389 (R\$21.376 em 2012) como contribuição à FUSAN.

A Companhia também é patrocinadora da Fundação Sanepar de Assistência Social, entidade sem fins lucrativos, que têm como atividade principal a administração do plano de saúde destinado aos colaboradores da Sanepar, ativos e aposentados, denominado SaneSaúde.

O SaneSaúde é um plano coletivo de assistência médica e odontológica, de autogestão, custeado mediante pré-pagamento, sendo as contribuições efetuadas em média 63,3% pela patrocinadora e 36,7% pelos beneficiários ativos e aposentados, por meio de contribuições mensais definidas no regulamento do plano, as quais são determinadas anualmente, com base em cálculos atuariais, que leva em consideração as faixas etárias de cada beneficiário, e a existência de fatores moderadores de utilização dos serviços oferecidos.

A título de contribuição para esta Fundação, a Companhia repassou financeiramente, neste exercício, o montante de R\$39.297 (R\$33.117 em 2012).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

23. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar foram determinadas por atuário interno, o qual emitiu parecer datado de 30 de janeiro de 2014, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração. Adicionalmente, para fins de atendimento às determinações, contidas no CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação 695 da CVM, foram contratadas as empresas Actuarial – Assessoria e Consultoria Atuarial S/C Ltda. e Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda, que emitiram relatórios detalhados, suportando as informações incluídas nesta nota.

A seguir está demonstrada a posição atuarial dos passivos relacionados ao plano de aposentadoria e plano de assistência médica. O Método da Unidade de Crédito Projetada (PUC) foi utilizado para apuração da obrigação atuarial

Demonstração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2013	2012
Valor Presente das Obrigações Atuariais	723.164	486.872	1.210.036	1.289.032
Valor Justo dos Ativos	(424.795)	(4.289)	(429.084)	(429.734)
Totais	298.369	482.583	780.952	859.298
Circulante	19.891	32.172	52.063	57.287
Não Circulante	278.478	450.411	728.889	802.011

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

23. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Apuração do passivo atuarial:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2013	2012
Valor presente da obrigação no início do ano	774.561	514.471	1.289.032	949.559
Custo de juros sobre a obrigação	75.520	50.161	125.681	106.825
Custo do serviço corrente	4.295	17.249	21.544	14.120
Benefícios pagos no exercício	(57.413)	(10.962)	(68.375)	(50.671)
Ganhos e (Perdas) atuariais do exercício	(73.799)	(84.047)	(157.846)	269.199
Obrigação total no exercício	723.164	486.872	1.210.036	1.289.032
Valor justo dos ativos do plano no início do ano	(425.081)	(4.653)	(429.734)	(352.940)
Juros sobre os ativos do plano	(41.445)	(454)	(41.899)	(39.706)
Contribuição dos participantes	(1.352)	-	(1.352)	(3.671)
Contribuição da patrocinadora	(484)	(10.828)	(11.312)	(23.757)
Benefícios pagos no exercício	57.413	10.962	68.375	50.671
Ganho (Perda) sobre os ativos do plano no exercício	(13.846)	684	(13.162)	(60.331)
Valor justo dos ativos no exercício	(424.795)	(4.289)	(429.084)	(429.734)
Passivo reconhecido no final do exercício	298.369	482.583	780.952	859.298

A seguir descrevemos as premissas utilizadas na avaliação atuarial:

Hipóteses Econômicas

Taxa de Desconto	11,38% ao ano (Previdência) e 11,52% ao ano (Saúde)
Taxa de Retorno Esperado dos Ativos	11,38% ao ano (Previdência) e 11,52% ao ano (Saúde)
Crescimentos Salariais Futuros	3,55% ao ano
Inflação	5,80% ao ano
Crescimento Real dos Custos Médicos	2,10% ao ano
Hipóteses Demográficas	
Tábua de mortalidade	AT-2000 Male (Previdência) e AT-2000 (Saúde)
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	Light Média
Idade de aposentadoria	55 anos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

23. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A seguir apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Companhia aos seus empregados:

	Plano de	Plano de
Descrição	<u>Aposentadoria</u>	Assistência Médica
Participantes Ativos		
Número	7.106	(a) 2.485
Idade Média	41,2	50,1
Tempo de Serviço Médio	12,6	-
Idade Média de Aposentadoria	52,6	-
Salário de Participação Médio	R\$3.704,80	-
Folha Mensal	R\$26.326.308,80	-
Participantes Aposentados		
Número	1.756	(b) 4.624
Idade Média	64,7	56,7
Benefício Médio Mensal	R\$1.668,56	=
Pensionistas		
Número de Pensionistas	567	=
Média de Idade dos Pensionistas Titulares	68,4	=
Benefício Médio por Grupo Familiar	R\$1.028,88	-

⁽a) Impacto atuarial sobre 2.485 participantes ativos admitidos até 01/03/2002.

Distribuição da Massa de Beneficiários e os Prêmios Mensais Totais do Plano de Assistência Médica, em 31 de dezembro de 2013:

Faixa Etária	Total de Beneficiários ¹	Valor em reais
0 a 18 anos	2.058	106,18
19 a 23 anos	1.049	152,43
24 a 28 anos	47	160,35
29 a 33 anos	135	182,21
34 a 38 anos	283	191,72
39 a 43 anos	586	248,84
44 a 48 anos	1.231	261,77
49 a 53 anos	1.538	341,78
54 a 58 anos	1.677	359,56
59 anos ou mais	3.032	389,91

¹ Cujo titular foi admitido até 01/03/2002

⁽b) Inclui, além dos participantes aposentados, os pensionistas e os dependentes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

23. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Rentabilidade dos Investimentos

No ano de 2013 a FUSAN obteve rentabilidade de 0,14% na sua carteira de investimentos, abaixo da meta atuarial de 11,63% (INPC/IBGE + 5,75% de juros ao ano). Este resultado deve-se à marcação a mercado dos fundos de renda fixa atrelados à inflação e a baixa performance da bolsa de valores.

O Conselho Deliberativo da FUSAN aprovou a Política de Investimentos para 2013, com o objetivo de parametrizar os investimentos para os próximos 5 anos, conforme estabelece a legislação em vigor.

A alocação estratégica da carteira avalia a adequação de cada investimento às necessidades do plano, a tabela abaixo detalha a alocação estratégica:

Sagmenta/Mandata	Alocação %		Índice de Referência	Meta de	
Segmento/ Mandato	Objetivo	Mínimo	Máximo	muice de Referencia	Rentabilidade
Renda fixa	76,7	30,0	100,0	CDI	INPC + 5,0% aa
Renda variável	10,8	0,0	35,0	Ibovespa	INPC + 10,0% aa
Investimentos Estruturados	3,7	0,0	10,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 8,0% aa
Investimento no Exterior	0,0	0,0	10,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 5,8% aa
Imóveis	2,5	0,0	8,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 5,8% aa
Operações com Participantes	6,3	0,0	15,0	INPC + 5,8% aa	INPC + 5,8% aa

Composição da carteira de investimentos em 31/12/2013:

Descrição	Plano de Previdência	%	
Renda fixa	695.107	73,7%	
Renda variável	140.079	14,8%	
Imóveis	39.995	4,2%	
Operações com participantes	55.203	5,9%	
Estruturados	13.224	1,4%	
Total	943.608	100%	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

23. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

Tipos de investimentos não permitidos:

- *Day-Trade*: é vedada a realização de operações de *day-trade* nos fundos exclusivos investidos pelo plano;
- Financiamentos imobiliários: é vedada a concessão de financiamentos imobiliários, previstos no Segmento de Operações com Participantes, durante a vigência dessa Política de Investimentos;
- O investimento em Parcerias Público-Privadas (PPPs) somente será permitido quando a operação fizer sentido econômico-financeiro, em termos relativos às demais alternativas que se apresentem para a FUSAN. Além disso, essa operação deverá necessariamente contar com a aprovação do Conselho Deliberativo;
- As operações com derivativos em fundos exclusivos podem ser realizadas somente se estiverem em conformidade com as restrições estabelecidas na Política de Investimentos;

Não serão permitidos investimentos em papéis ou instrumentos classificados como "Grau Especulativo", considerando-se a classificação descrita na seção Risco de Créditos do Plano de Investimentos.

O Plano de Assistência à Saúde da Sanepar, administrado pela Fundação Sanepar de Assistência Social, é custeado em pré-pagamento, de acordo com a tabela por faixa etária, por contribuições mensais da Patrocinadora (Sanepar) de 70% do valor mensal, cabendo os 30% restantes aos Beneficiários Titulares.

Para os Beneficiários Dependentes, a participação da Patrocinadora no custeio do Plano varia de 50% até 70%, escalonada em função da faixa salarial dos Beneficiários Titulares.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

23. PLANO DE APOSENTADORIA E PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA -- continuação

A seguir demonstramos a projeção das despesas para o exercício de 2014:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	2014
Custo do Serviço Corrente	-	15.762	15.762
Custo dos Juros	70.172	56.088	126.260
Rendimento Esperado do Ativo do Plano	(49.707)	(494)	(50.201)
Totais	20.465	71.356	91.821

A seguir apresentamos análise de sensibilidade de hipóteses:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica
Valor da Obrigação no Período	723.164	486.872
Taxa de Juros		
Com Acréscimo de 1%	656.135	429.704
Variação %	(9,3%)	(11,7%)
Com Redução de 1%	811.635	556.882
Variação %	12,2%	14,4%
Crescimento de Custos		
Com Acréscimo de 0,5%	772.372	521.166
Variação %	6,8%	7,0%
Com Redução de 0,5%	684.830	455.759
Variação %	(5,3%)	(6,4%)

24. TÍTULOS A PAGAR

A Companhia mantém operações financeiras junto à FUSAN, as quais estão suportadas por contratos assinados entre as partes para pagamento de dívida referente à dotação especial, determinada atuarialmente e indicada no plano de custeio da FUSANPREV. Essa dívida foi parcelada em 180 prestações mensais a partir de maio de 2001, calculadas anualmente pela "Tabela Price" na taxa real de juros equivalente a 6% ao ano, com atualização do saldo devedor pelo INPC, sendo que até 31/12/2013 foram pagas 151 parcelas. A composição total do saldo em 31 de dezembro de 2013, registrado como "títulos a pagar", é de R\$15.095 (R\$19.649 em 2012), sendo R\$6.681 (R\$6.298 em 2012) no Passivo Circulante e R\$8.414 (R\$13.351 em 2012) no Passivo Não Circulante.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

25. RECEITAS A APROPRIAR

Em 08 de março de 2012 a Companhia firmou contrato de cessão para exploração de serviços financeiros com a Caixa Econômica Federal pelo prazo de vigência de 60 (sessenta) meses, no montante de R\$16.250. A receita correspondente a este contrato é reconhecida mensalmente, pelo prazo do contrato de acordo com o regime de competência. O montante reconhecido no resultado durante o exercício de 2013 foi de R\$3.252 (R\$2.708 em 2013). O saldo em 31 de dezembro de 2013 é de R\$10.292 (R\$13.542 em 2012), sendo R\$3.250 (R\$ 3.250 em 2012) registrados no passivo circulante e R\$7.042 (R\$10.292 em 2012) no passivo não circulante.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Companhia possui dois segmentos de negócios claramente identificáveis, que são tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. O lucro operacional por segmento é representado pela receita, deduzida dos custos diretos e despesas operacionais diretas e indiretamente alocáveis a estes segmentos. Os ativos e passivos identificáveis por segmento estão apresentados separadamente. Os ativos e passivos corporativos não foram diretamente atribuídos a cada segmento de negócio.

A Companhia avalia a performance por segmento, com base em informações geradas pelos registros contábeis, sendo que diversas despesas são alocadas por meio de rateio, na seguinte apresentação:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Em Milhares de Reais)

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS -- continuação

			2013			2012
Descrição	Água	Esgoto	Total	Água	Esgoto	Total
Receita Operacional Direta	1.663.990	848.588	2.512.578	1.520.899	739.491	2.260.390
Outras Receitas Operacionais	26.032	16.783	42.815	17.993	11.279	29.272
Total da Receita Operacional Bruta	1.690.022	865.371	2.555.393	1.538.892	750.770	2.289.662
Deduções da Receita (PASEP e COFINS)	(112.601)	(72.613)	(185.214)	(102.183)	(64.084)	(166.267)
Receita Operacional Líquida	1.577.421	792.758	2.370.179	1.436.709	686.686	2.123.395
Custo	(669.823)	(271.392)	(941.215)	(604.367)	(214.508)	(818.875)
Lucro Bruto	907.598	521.366	1.428.964	832.342	472.178	1.304.520
Despesas Comerciais	(123.809)	(79.818)	(203.627)	(93.473)	(58.593)	(152.066)
Despesas Administrativas	(256.533)	(165.383)	(421.916)	(242.382)	(151.936)	(394.318)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.346)	(868)	(2.214)	(2.952)	(1.851)	(4.803)
Resultado Financeiro, líquido	(44.746)	(53.665)	(98.411)	(59.819)	(66.690)	(126.509)
Programa de Participação nos Resultados	(14.539)	(9.372)	(23.911)	(15.013)	(9.410)	(24.423)
Provisões	(25.619)	(16.473)	(42.092)	(63.271)	(39.852)	(103.123)
Planos de Aposentadoria e Assistência Médica	(56.371)	(36.292)	(92.663)	(33.091)	(20.720)	(53.811)
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	384.635	159.495	544.130	322.341	123.126	445.467
Imposto de Renda e Contribuição Social	(99.830)	(41.396)	(141.226)	(79.387)	(30.324)	(109.711)
Lucro Líquido do Exercício	284.805	118.099	402.904	242.954	92.802	335.756
Investimentos no Exercício (a)	385.411	401.590	787.001	220.581	255.753	476.334
Endividamento – Financiamentos e Debêntures	683.554	782.266	1.465.820	441.064	519.415	960.479
Imobilizado e Intangível, líquidos	2.510.072	2.996.309	5.506.381	2.268.580	2.695.069	4.963.649
Depreciações e Amortizações do Exercício	(90.144)	(70.133)	(160.277)	(84.582)	(64.054)	(148.636)
Contas a Receber (Circulante e Não Circulante) (d)	342.080	160.049	502.129	307.367	137.516	444.883
Total do Ativo	3.408.226	3.339.801	6.748.027	2.939.457	3.232.312	6.171.769
Total do Passivo (Circulante e Não Circulante)	1.483.457	1.697.728	3.181.185	1.708.803	2.034.136	3.742.939
Quantidade de Usuários – Não Auditado (b)	2.816.414	1.667.163	-	2.722.460	1.564.531	-
Volume Milhares de m³ Faturados – Não Auditado (c)	564.037	363.627	-	553.330	346.851	-

⁽a) Os valores investidos em bens de uso administrativo foram alocados proporcionalmente aos investimentos de cada segmento;

⁽b) Os usuários incluídos no segmento de esgoto estão praticamente todos incluídos no segmento de água;

⁽c) Os volumes faturados do segmento de esgoto são derivados dos volumes faturados do segmento de água.

⁽d) Apresentadas pelo valor bruto.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

27. TARIFA SOCIAL

Em 08 de janeiro de 2004, o Governo do Estado do Paraná, por intermédio do Decreto nº 2.460, autorizou a Companhia a manter o benefício da Tarifa Social para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água e esgotos. A Tarifa Social tem o objetivo de beneficiar as famílias que moram em imóvel com área construída de até 70 m² (setenta metros quadrados) e percebam mensalmente até ½ (meio) salário mínimo por pessoa ou no máximo 2 (dois) salários mínimos por família, cujo consumo mensal de água não deverá ultrapassar os 10 m³ (dez metros cúbicos). O valor da tarifa reduzida para os serviços de água, na faixa de consumo de até 10 m³ (dez metros cúbicos), é de R\$6,20 (seis reais e vinte centavos) por mês. Caso este beneficiário utilize serviço de coleta e tratamento de esgoto pagará mais R\$3,10 (três reais e dez centavos), perfazendo um total de R\$9,30 (nove reais e trinta centavos).

Neste exercício, com o benefício da Tarifa Social, a Companhia destinou o montante de R\$53.454, representando um percentual de 2,1% da receita operacional bruta, para atendimento à população enquadrada no respectivo Programa. No exercício de 2012, o impacto foi de R\$45.844, o que representou um percentual de 2,0% da receita operacional bruta.

28. SEGUROS

A Companhia possui contrato de seguro com a ACE Seguradora S/A para a cobertura de seus principais ativos situados em diversas localidades em todo o Estado do Paraná, no montante de R\$639.117, com vigência abrangendo o período de 06/12/2013 a 06/12/2014, para cobertura básica, incêndio, vendaval e danos elétricos em equipamentos.

Ativo	Importância Segurada
Edifícios	444.191
Máquinas e Equipamentos e Veículos	179.958
Estoque	14.968
Total	639.117

Adicionalmente a Companhia possui contrato para a emissão de apólices de Seguro Garantia Judicial no montante de até R\$100.000, com a finalidade de garantir valores a serem depositados e/ou substituir os valores já depositados e/ou bens penhorados em processos judiciais de ações trabalhistas, cíveis, tributárias e ambientais. Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia ofereceu garantias através de seguro garantia em 30 processos judiciais, no montante de R\$35.298, sendo 27 apólices referentes ao contrato com a J Malucelli Seguradora S/A e 03 apólices com a seguradora Fairfax Brasil Seguros Corporativos S/A.

A Companhia também firmou contrato com a ACE Seguradora S/A para cobertura securitária na modalidade de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores da Sanepar (D & O – Directors and Officers) com abrangência Nacional e Internacional, tendo como limite máximo de Indenização R\$20 milhões, e vigência do contrato por 365 dias, a partir de 12/03/2013.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (Em Milhares de Reais)

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração, realizada em 21 de janeiro de 2014, o encaminhamento ao ente regulador da proposta de reajuste tarifário, em percentual de até 8,17%.

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR DIRETORIA E CONTADOR

DIRETORIA EXECUTIVA

FERNANDO EUGÊNIO GHIGNONE

Diretor - Presidente

DIRCEU WICHNIESKI

Diretor Financeiro

JOÃO MARTINHO CLETO REIS JÚNIOR

Diretor de Investimentos

PAULO ALBERTO DEDAVID

Diretor de Operações

ANTÔNIO HALLAGE

Diretor Administrativo

EMILIA SALLES BELINATI

Diretora Comercial

PÉRICLES SÓCRATES WEBER

Diretor de Meio Ambiente e Ação Social

FRANCISCO CESAR FARAH

Diretor de Relações com Investidores

FLÁVIO LUIS COUTINHO SLIVINSKI

Diretor Jurídico

CONTADOR

OZIRES KLOSTER

Gerente Contábil Contador CRC-PR 030.386/O-8